

Plenário vota projeto na ordem direta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte inicia hoje a votação do projeto de Constituição pelo preâmbulo e título I das emendas coletivas do Centrão, conforme ficou decidido ontem em reunião entre o presidente Ulysses Guimarães e 31 parlamentares — líderes dos partidos e componentes da Mesa. Decidiu-se também que inicialmente não haverá votações nos finais de semana, mas entre segunda e sexta-feira as sessões serão prorrogadas até que a matéria do dia seja votada. Satisfeito com o resultado do encontro, Ulysses afirmou que "a partir de reuniões proveitosas como essa, será possível votar o texto em dois meses".

As sessões em plenário começarão às 14 horas, com o conhecido "pinga-fogo", debates entre os constituintes. A votação terá início às 15 horas, havendo prorrogação pelo tempo necessário. Mesmo favorável a sessões nos finais de semana, o presidente da Constituinte cedeu às argumentações dos líderes para que a medida somente fosse tomada em caso de os trabalhos se tornarem lentos. Adiantou, entretanto, que prorrogará o tempo até mesmo "por noite a dentro nos dias de semana". Segundo José Lourenço, líder do PFL e integrante do Centrão, o texto poderá ser votado pela manhã, quando conveniente. Mas ficou decidido na reunião que o período se destinará principalmente aos encontros como o de ontem para discutir matérias que irão a votação à tarde.

De acordo com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), a ordem de votação começará pelas emendas coletivas que possuem mais de 280 assinaturas, quase todas do Centrão. Se estas não obtiverem 280 votos em plenário, será votado o respectivo texto da Comissão de Sistematização. Depois, em qualquer dos dois

casos, votam-se os destaques com mais de 187 assinaturas, que têm preferência automática e visam retirar determinados dispositivos do projeto ou do substitutivo para votação em separado. Para voltar ao projeto, esses dispositivos precisam obter no mínimo 280 votos. Em seguida, serão feitas as votações dos destaques simples, de iniciativa individual. Finalmente, vota-se em bloco as emendas ainda não analisadas e que tenham parecer favorável do relator Bernardo Cabral e, também em bloco, as que mereceram parecer contrário.

Dois constituintes podem defender uma emenda e outros dois podem criticá-la, segundo o regimento, que estabelece a votação capítulo por capítulo, em ordem crescente. Na opinião do presidente da Constituinte, a votação será acelerada por causa de alguns aspectos, como as preferências, o próprio encaminhamento da votação e a possibilidade de fusão de emendas com o mesmo teor. O líder do PFL, José Lourenço, revelou que se houver tempo poderá ser votado ainda hoje o capítulo 2, que trata dos direitos individuais. Mas, nesse caso, a sessão teria de ser interrompida por duas horas para apresentação de pedidos de preferência para destaques.

A inversão de pauta, com votação prévia do mandato do presidente Sarney e do sistema de governo, não constou das discussões de ontem. O próprio presidente da Constituinte foi taxativo: "O regimento, além de estabelecer votação em ordem crescente, proíbe que matéria estranha tenha preferência sobre o capítulo a ser votado".

Os participantes do encontro acreditam que os resultados das discussões foram consensuais e proveitosos. "A preocupação do doutor Ulysses é de dar severidade aos trabalhos para oferecer uma Carta melhor", afirmou o senador Mauro Benvides (PMDB-CE).



Na reunião para determinar a ordem da votação de hoje, todos ficam satisfeitos

Alencar Monteiro

Centrão rejeita a antecipação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alguns parlamentares do Centrão não querem nem discutir a antecipação da pauta para que o mandato do presidente José Sarney seja votado em primeiro lugar. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) disse que existe um acordo de cavalheiros que tem de ser cumprido, enquanto Guilherme Afif Domingos (PL-SP) acha que o nome do grupo não pode ser usado nas articulações sobre esta questão.

Os dois deputados chegaram a ameaçar, ontem, deixar o grupo se os seus integrantes insistissem na inversão da pauta, durante uma reunião entre os líderes do Centrão

quando o problema foi debatido. Com a ameaça, a articulação para a antecipação da votação não conseguiu apoio e acabou sendo rejeitada pelo Centrão, embora integrantes do grupo, como Carlos Sant'Anna, Edson Lobão e Leopoldo Peres, ainda insistam na tentativa de conseguir as assinaturas necessárias.

Para o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), se o Centrão entrar nessa questão de antecipação de pauta "vai mergulhar num precipício, porque o grupo certamente irá se dividir e isso será catastrófico". Já Ricardo Fiúza explicou que existe um acordo de cavalheiros que precisa ser respeitado, impedindo que esses dois pontos sejam colocados em discussão pelo Centrão.

Guilherme Afif Domingos acompanha a opinião de Fiúza, acrescentando que quando o Centrão foi criado ficou acertado que o grupo não seria usado para tratar desses dois temas: "Se alguém quiser articular em torno da antecipação da votação do mandato e do sistema de governo, que o faça em nome próprio e nunca em nome do Centrão, porque isso não vai ser admitido", advertiu.

Afif confirmou, ainda, que o responsável por essa articulação é o deputado Carlos Sant'Anna e que durante a reunião de ontem recebeu o aviso a respeito desta tentativa. Ele acrescentou: "Eu respeito a posição dele, mas quero que a minha também seja respeitada".

Enquanto o Centrão se reunia, o

senador Leopoldo Peres (PMDB-AM) anunciava que estava coletando assinaturas para garantir a inversão da pauta. Para ele, "é preciso que as águas da Constituinte ultrapassem rapidamente os estreitos do sistema de governo e do tempo de mandato para que depois, então, possa fluir livremente em direção à promulgação que todos nós, brasileiros, desejamos que se faça com a maior brevidade".

Outro senador, Edson Lobão, disse que se está empenhando pessoalmente na tentativa de inversão da pauta, garantindo que a lista de assinaturas já conta com apoio de mais de 200 constituintes. A lista, no entanto, não foi mostrada aos jornalistas.

Congresso agora com segurança mais severa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional está protegido desde ontem por um rígido esquema de segurança, que emprega 200 agentes da Câmara e do Senado para tomar conta das áreas internas, além de mais 30 soldados da Polícia Militar, que cuidam das áreas externas.

O acesso a todas as dependências do edifício também é rigorosamente controlado, principalmente nas proximidades do plenário e nas entradas das galerias. O objetivo é impedir que, nas votações decisivas que têm início hoje, se repitam os incidentes que marcaram a votação das alterações regimentais, quando as galerias foram

invadidas por sindicalistas da CUT e CGT, que, descontentes com os resultados, passaram a vaiar e agredir os constituintes do Centrão. A partir de agora os populares só terão acesso às galerias mediante convite individual distribuído pelos constituintes. Cada um deles receberá oito convites válidos para um período de dez dias, e mais oito depois de vencido esse prazo.

A maior segurança foi notada ontem mesmo pelos jornalistas, pois até o acesso ao Comitê de Imprensa foi controlado por dois agentes de segurança. Assim, somente jornalistas credenciados podiam utilizá-lo, uma vez que o comitê também dá acesso ao plenário e às galerias.

Constituintes acham os termos técnicos difíceis

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A partir de hoje até o encerramento dos trabalhos da Constituinte — em abril, maio, ou mais tarde —, estarão em evidência vários termos técnicos relacionados com as votações em plenário. O constituinte que conhecer bem os termos do processo de votação e souber utilizá-los poderá tirar alguma vantagem, embora a maioria dos parlamentares ache isso muito complicado e prefira, em cada votação, seguir a orientação de líderes de sua confiança.

A emenda coletiva substitutiva, por exemplo, é aquela assinada por mais de 280 constituintes e se destina a substituir partes do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, até títulos inteiros (o projeto tem oito capítulos, cada um tratando de um tema específico, e uma parte referente às disposições transitórias). Tem preferência automática para votação, o que significa que é votada antes do texto respectivo do projeto.

Outro termo que deverá ser pronunciado com frequência é emenda coletiva: tem os mesmos requisitos que a emenda coletiva substitutiva, goza do mesmo privilégio, mas se destina a alterar apenas algum dispositivo específico. Um exemplo desse tipo de emenda é a que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney.

Embora possa parecer estranho, muitos constituintes desconhecem o significado exato das expressões emenda supressiva e emenda modificativa. A primeira se destina a eliminar do projeto de Constituição aprovado pela Sistematização, ou de algum substitutivo, algum artigo, parágrafo, inciso ou expressão; já a emenda modificativa tem o objetivo de alterar, parcial ou integralmente, algum ponto do projeto ou do substitutivo, enquanto a emenda aditiva destina-se a acrescentar alguma coisa a um dispositivo já aprovado.

Também a diferença entre destaque e destaque privilegiado é de grande importância nesta nova fase dos trabalhos da Constituinte. Destaque é o pedido que se faz para que parte do projeto, de substitutivo, emenda ou simplesmente uma só palavra seja retirado do conjunto e votado à parte. O pedido tem de ser submetido a votos em plenário, dando-se a aprovação por maioria simples — metade mais um dos presentes, desde que haja quorum (280 constituintes) para deliberação. O destaque pode ser para aprovação ou supressão e a matéria sobre a qual ele incidir só será incluída ou excluída do texto se o destaque for aprovado por maioria absoluta. Já o destaque privilegiado é o subscrito por no mínimo 187 constituintes e visa retirar parte do projeto ou do substitutivo para votação em separado.

Pedidos de destaque ultrapassam dois mil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte recebeu, para decisão plenária a partir de hoje, 2.276 pedidos de votação em destaque para as 2.023 emendas de plenário e as 122 emendas populares, as únicas da antiga fase que poderão ser deliberadas a partir de agora, na votação de primeiro turno-decísiva.

Desde 2.276 pedidos de destaque, 135 são destaques coletivos, com mais de 187 assinaturas, que terão prioridade para votação logo em seguida às votações das emendas coletivas ou substitutivas subscritas por mais de 280 constituintes. Para confirmar essa preferência, no entanto, esses destaques têm que ser antecidos por pe-

didados de preferência para votação em separado, cujos requerimentos necessitam de no mínimo 56 assinaturas de apoio.

Ontem, primeiro dia para apresentação dos requerimentos de preferência, os constituintes puderam apresentar pedidos apenas para o preâmbulo e o título I (cujo prazo terminou ontem, às 18 horas, e para o título II, ao qual podem ser apresentados requerimentos até às 18 horas de hoje).

Como não fora concluído o trabalho de ordenamento desses requerimentos de preferência para votação de destaques, às 19 horas a coordenação do setor calculou que tinham sido apresentados para o preâmbulo e o título I (princípios fundamentais) cerca de cem pedidos pelos constituintes.

Lourenço pede demissão da direção do BNDES

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL, deputado José Lourenço, pediu ontem a exoneração de Márcio Fortes da presidência do BNDES, e dos diretores Franco Montoro Filho e Irlando Castro Lima. O motivo da exoneração, segundo Lourenço, é o fato de serem eles ligados respectivamente ao governador do Rio, Moreira Franco, ao ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, e ao deputado Cássio Lima (PMDB-PE), que defendem a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos.

Embora pretenda desalojar do governo peemedebistas que da tribuna do Congresso ou em entrevistas adotam linguagem oposicionista, o líder do PFL exclui os atuais ministros de Estado: "Estão todos ajustados à política do presidente da República". E o deputado parece ter desistido de colocar na pasta da Previdência Social um liberal: "Tive um encontro muito bom com o ministro

Renato Archer. Estamos nos entendendo muito bem", afirmou. José Lourenço foi um dos acusadores mais constantes do ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que hoje o está processando por isso.

Ao ser indagado sobre as reivindicações de cargos por seu partido, Lourenço negou veementemente: "Não pleiteamos nenhum cargo. Esperamos apenas que as pessoas que não apoiam o governo tenham vergonha na cara e devolvam os cargos. Que todos façam isto sem exceção dos líderes nacionais. Façam política com dignidade, como antigamente".

O deputado criticou a atual administração do BNDES e advertiu: "Como administrar o País tendo, no comando do BNDES, três adversários do governo, um indicado por Moreira Franco, outro pelo Montoro e outro pelo Cássio Cunha Lima, que todo o dia criticam o governo? Todos falam mal do governo, mas mantêm os cargos".

Chefe da Secaf vai para EBN

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O atual chefe da Secretaria Especial da Comunicação de Administração Federal (Secaf), Getúlio Bitencourt, deve ser nomeado nos próximos dias, por decreto do presidente José Sarney, diretor-presidente da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Também o ex-coordenador de Comunicação Social do ex-ministro Bresser Pereira, Francisco Baker, foi convidado para ser diretor-superintendente da empresa.

A presidência da EBN está vaga desde o final de outubro, quando o ex-porta-voz, Antônio Frota Neto — recém-nomeado presidente da Funteb — se desincompatibilizou com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao qual está administrativamente subordinado. Frota Neto permaneceu apenas dez horas no cargo, sendo exonerado pelo presidente Sarney e dando início a um período de indefinição no sistema de comunicação do Palácio do Planalto.

A solução para contornar a crise da EBN foi dada pelo ministro Ronaldo Costa Couto, que vai coordenar a política de comunicação do governo federal. Para ocupar o lugar de Bitencourt na Secaf, o presidente Sarney deve nomear o assessor de comunicação do governo do Paraná, Fábio Campana.

As emendas populares podem voltar a plenário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As 122 emendas populares, subscritas por mais de dois milhões e 200 mil pessoas e que foram pouco aproveitadas pelo relator Bernardo Cabral, poderão ser novamente objeto de deliberação na fase decisiva da Constituinte, que começa hoje com a votação no plenário. Este é o objetivo do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), que está recolhendo as 94 assinaturas necessárias ao requerimento de alteração do regimento interno para garantir preferências para as emendas populares, num tratamento igual ao que será dado às emendas de maioria absoluta.

Entre as emendas populares acolhidas por Bernardo Cabral estão a aposentadoria para a dona de casa, criação do Estado de Tocantins, manutenção das entidades de treinamento e recreação de trabalhadores — Sesi, Senal, Sesc e Senac — e indenização por extração de petróleo para os municípios. Esta última, apesar de contar com apenas duas mil assinaturas (quando o regimento interno exigia o mínimo de 30 mil) foi subscrita pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e por isso recebeu o mesmo tratamento das demais emendas populares.

A subscrição, por senadores e deputados, de emendas populares que não preencheram os requisitos regimentais foi uma prática comum. Assim, todas as 122 propostas foram

CINCO ANOS

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), que defendem a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos, estão convencidos de que a maioria do plenário apoia os cinco anos.

"Tenho quase certeza de que vai dar cinco anos", afirmou Bornhausen, acrescentando que assinaram a emenda 317 constituintes e que facilmente 280 manterão o apoio. "Por isso, acho que deveríamos votar logo o sistema de governo para que pudéssemos trabalhar melhor na feitura do resto da Constituição. Os cinco anos serão vitoriosos tranquilamente", disse.

Para Saulo Queiroz o governo conseguiu razoável nível de harmonia em sua ação política e, neste momento, detém notória vantagem. "Vamos ver como reage a área administrativa até lá. Se a votação fosse hoje o governo ganharia. Daqui a 60 dias, ninguém sabe", avisou.

aceitas pela Comissão de Sistematização. Mas o caso mais notório de recusa de uma emenda popular ocorreu na oportunidade, igualmente aberta pelo regimento interno, de um representante de cada proposta ter acesso ao plenário da Sistematização para fazer sua defesa.

A emenda que fixava a aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho foi aplaudida, durante sua defesa, pelo relator Bernardo Cabral, que se comprometeu publicamente a aceitar a sugestão em seu parecer (o Cabral 2). Mas, quando o documento foi divulgado, viu-se que o relator determinara a aposentadoria para a mulher em 30 anos e para o homem em 35.

Sindicatos patronais e de trabalhadores, entidades religiosas e educacionais; todos os segmentos tiveram seus interesses representados através das emendas populares. Foi, segundo o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, um trabalho inédito na história legislativa do País.

Ainda de acordo com Afonso Arinos, a principal consequência das emendas populares foi a de, pela primeira vez, levar para a prática a tese da democracia participativa. Isso além de tentar fixar, na Constituição, a participação popular através do habeas data, ou seja, a arguição da inconstitucionalidade de leis consideradas prejudiciais aos interesses da sociedade.

Fiúza tem a certeza da vitória

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os integrantes do Centrão passaram o dia de ontem montando a estratégia para obter maioria nas votações desta semana na Assembleia Nacional Constituinte e estão "certos da vitória", conforme garantiu o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos líderes do grupo. Segundo Fiúza, foram criadas várias comissões que serão responsáveis pela orientação dos trabalhos, evitando assim a superposição de tarefas. O deputado afirmou ainda que o Centrão conta hoje com 293 constituintes que aprovarão o preâmbulo e o título primeiro do projeto de Constituição que trata dos direitos fundamentais, a serem votados esta semana.

Hoje pela manhã, o Centrão volta a se reunir, a partir das 10h, na Comissão de Finações do Senado, para que os organizadores de plenário possam saber exatamente como dirigir os trabalhos de votação entre os integrantes do grupo. Serão elaborados, por exemplo, planilhas diárias para orientação do voto. Os destaques apresentados para o preâmbulo e o título primeiro serão detalhadamente analisados pelos integrantes do grupo, antes do início da votação.

"Vamos estar com infra-estrutura montada para poder enfrentar todos os problemas que possam surgir" — disse Fiúza, acrescentando ainda que serão seis duplas de liderança — Fiúza-Irapuan Costa Júnior, José Lourenço-Roberto Jefferson, Gasthone Righi-Afif Domingos, Roberto Cardoso Alves-Ricardo Izar, Amarel Netto-Inocêncio Oliveira e uma dupla de reserva, Siqueira Campos-Carlos Virgílio — que se revezarão. Essas duplas serão as responsáveis pela liderança durante cada dia e estão autorizadas a responder a qualquer acusação.

Há ainda a comissão temática, formada pelos constituintes Eraldo Tinoco, José Lins, Paes Landim, Max Roseman, Luiz Roberto Ponte, José Geraldo e Roberto Augusto, que será responsável pela análise diária das emendas a serem votadas, elaborar a planilha de orientação de voto com indicação dos pontos que merecem apoio ou não, explicando o porquê. Outra comissão criada foi a de mobilização, liderada por Dasso Coimbra e Gilson Machado, responsáveis pela convocação do pessoal. A comissão de infra-estrutura, que centralizará as informações e dará apoio logístico ao pessoal do Centrão, será coordenada por Basílio Vilani e Marcos Lima. Outra comissão criada foi a de regimento, que deve conhecer profundamente a questão para auxiliar o grupo em caso de manobras. São responsáveis por ela os deputados Carlos Sant'Anna, Gasthone Righi e Bonifácio de Andrada. Os negociadores do grupo serão apenas os líderes institucionais: Righi, pelo PTB, Afif Domingos, pelo PL, Siqueira Campos pelo PDC, Amarel Netto pelo PDS, José Lourenço pelo PFL e Carlos Sant'Anna pelo PMDB.